

Avaliação dos Sites dos Tribunais Brasileiros na web - 1999

O Brasil inaugura uma nova fase no âmbito da avaliação temática de sites web.

Páginas e sites brasileiros foram analisados, pela primeira vez, de acordo com critérios científicos.

Vários órgãos judiciários nacionais estão presentes na Internet. Oferecem informações públicas sobre decisões, precedentes, andamento de processos, organização administrativa e outras.

Pesquisadores de Direito, Engenharia, Informática e Psicologia, ligados à Universidade Federal da Santa Catarina e ao Instituto Jurídico de Inteligência e Sistemas - IJURIS, criaram uma metodologia específica para avaliar, através de critérios prévios, objetivos e científicos, o conteúdo e os serviços das páginas "on line" dos tribunais brasileiros.

Foram auferidos os serviços oferecidos pelas Cortes, os sistemas de pesquisa jurisprudencial que cada uma delas oferece, bem como a disposição visual das informações disponibilizadas.

A análise foi realizada em quatro etapas, de acordo com critérios de seletividade setorial.

Inicialmente, foi delimitado o universo de pesquisa: Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Superiores, Tribunais Regionais Eleitorais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais. De um total de 91 páginas, 76 foram consideradas passíveis de avaliação. Estas, então, foram objeto de nova seletiva, centrada nos serviços básicos "on line".

As páginas com melhor desempenho (27 ao todo) foram selecionadas para uma nova avaliação, mais detalhada, a qual apontou as vencedoras. Durante todo o percurso avaliativo, de 01.10.99 a 15.11.99, as notas foram sendo checadas e revisadas.

Notas muito discrepantes, a maior ou a menor, eram discutidas e estudadas em maior detalhe, para evitar erros numéricos ou excesso de subjetividade. Houve mudança em páginas durante a tabulação dos dados.

Algumas das páginas avaliadas já estavam melhoradas, antes mesmo da divulgação do estudo. Porém, as mudanças posteriores a 15.11.99 não foram consideradas. Valerão para a próxima avaliação.

Os critérios de avaliação foram os seguintes:

* Primeiro critério: Serviços disponíveis. Foram analisados 12 serviços considerados relevantes num site jurídico, quais sejam:

- 1- histórico/institucional;
- 2- andamento dos processos de 1º e 2º Grau;
- 3- jurisprudência;
- 4- fornecimento de certidões 'on-line';
- 5- encaminhamento de petições 'on-line';
- 6- informação sobre as Comarcas ou Zonas eleitorais e eleições;
- 7- calendário e plantões judiciais;
- 8- pautas de julgamento;
- 9- consultas ao regimento e resoluções do tribunal;
- 10- informação sobre licitações e concursos públicos;
- 11- intimação digital (Push, DJ/DO);
- 12- outros serviços eventualmente relevantes.

Somaram maiores pontos aquelas páginas que tinham, em perfeito funcionamento, o maior número de itens dentre os elencados, fator que premiou a regularidade no oferecimento de serviços.

* Segundo critério: Busca de jurisprudência, dividido em quatro itens:

- 1- forma de apresentação;
- 2- facilidade na elaboração da questão da busca;
- 3- ajuda 'on line' (menor peso);
- 4- tipo de saída da resposta com a seguinte graduação:
 - somente a ementa;
 - ementa e indexação;
 - somente acórdão na íntegra;
 - ementa, indexação e acórdão na íntegra.

* Terceiro critério: Disposição visual. Neste critério foi avaliada a postura visual das páginas,

conforme os seguintes itens:

- 1-disponibilização e posição das informações e dos menus;
- 2-distribuição visual da página central;
- 3-mapa do site (peso menor).

Como o universo de avaliadores é multidisciplinar, o enfoque não ficou centrado nos aspectos da informática ou do direito, fato que pulverizou eventuais interpretações tecnicistas. Talvez uma avaliação feita somente por webmasters apresentasse outro resultado, assim como outra feita somente pelos juristas. Procurou-se trazer o resultado final mais para perto do senso comum, tendo como referencial o usuário.

Veja os resultados finais ([clique aqui](#)).

Avaliações específicas:

* Melhor disposição visual (organização das informações e navegabilidade inicial):

- 1.Tribunal de Justiça da Paraíba;
2. Tribunal Superior Eleitoral;
3. Tribunal Regional do Trabalho da Bahia.

* Melhor pesquisa de jurisprudência:

1. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal da Justiça do Rio de Janeiro e Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (empatados).

* Melhor página de serviços:

1. Tribunal Regional do Trabalho de Sergipe, Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (empatados).

Futuro

A ideia geral foi oferecer um outro tipo de avaliação de páginas, diferente daqueles com os quais estamos acostumados. Pretendemos atualizar esta avaliação, evoluindo e corrigindo eventuais falhas. Como a ciência não comporta conclusões definitivas - que o digam Copernico, Darwin e Freud - no ano que vem, o primeiro ponto a ser avaliado é a avaliação de 99.

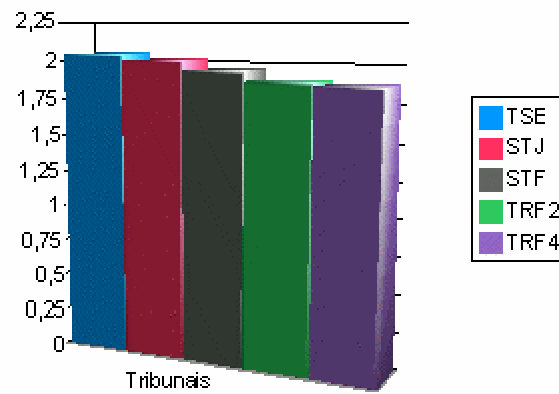
Alguns itens serão rediscutidos, e, desde já, sabemos que os serviços de consulta processual devem receber maior atenção. Sugestões e colaborações serão bem recebidas. Ao longo do trabalho, a equipe foi descobrindo que esta metodologia, com as devidas adaptações cognitivas, pode ser empregada em outras avaliações temáticas, o que pode vir a ser feito no futuro.

Os números finais apresentaram uma diferença muito pequena entre os dez finalistas. Tal fato demonstra que a boa qualidade de justiça brasileira na internet não é um fato isolado. Antes de encerrar, é de se registrar que a pesquisa e os dados coletados serão objeto de trabalhos acadêmicos, nos quais se tentará analisar a experiência como um todo, bem como sua metodologia e os resultados finais, para que possamos identificar os erros e acertos, e buscar uma avaliação cada vez mais eficiente.

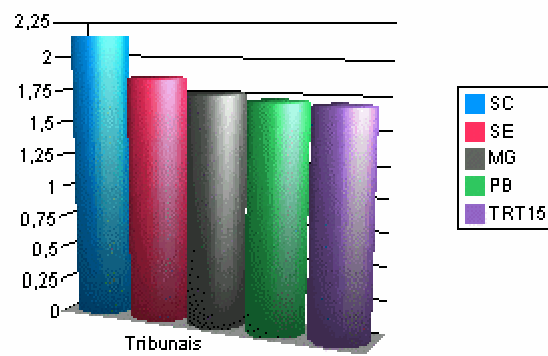
No âmbito avaliativo, o próximo passo da pesquisa é um comparativo com as Cortes internacionais. Vamos ver como nossos Tribunais se saem competindo com os melhores do mundo. A publicidade absoluta das informações oferecidas pelos Tribunais é vital ao exercício da cidadania, e o domínio nacional das tecnologias de disponibilização é vital para a nossa soberania. Felizmente, nestes aspectos, o universo pesquisado apresenta um quadro geral positivo e evolutivo.

Após lançadas as pontuações, uma planilha eletrônica apontou as médias globais, mediante uma ponderação entre os três critérios, de forma tal a que cada um deles tivesse o mesmo peso no resultado final. Optou-se por esta sistemática a fim de evitar que uma boa nota em um dos critérios influenciasse demais na posição final da página. Assim, as melhores foram aquelas que somaram boa pontuação em todos os critérios, e, dentro deles, mantiveram uma boa distribuição de pontos nos itens específicos. O estudo demonstrou alguns aspectos importantes no tocante às páginas web. Nem sempre a página mais complexa é a melhor página, tanto no aspecto tecnológico como no jurídico.

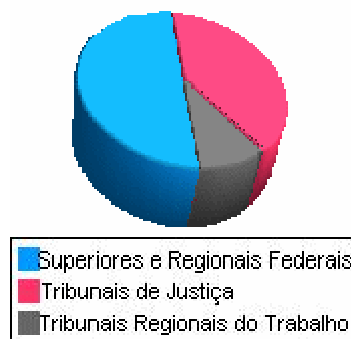
Tribunais Superiores e Regionais Federais



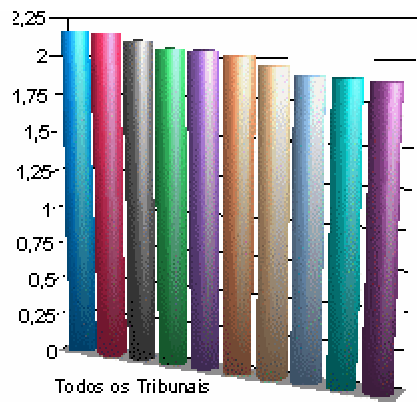
Tribunais Regionais do Trabalho



Participação de Tribunais entre os 10 melhores



Resultado Final



- TJPB
 - TRTSC
 - TJDF
 - TJSC
 - TSE
- STJ
 - STF
 - TJRJ
 - TRF2
 - TRF4